



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

A CASA AGUDÁ: AUTONOMIA E AMBIGUIDADE

*Gabriel Weber*¹

Resumo: A arquitetura Agudá constitui um testemunho material da experiência dos retornados do Brasil ao Golfo do Benim. De modo recorrente, a historiografia tende a cercar suas formas a um deslocamento linear de modelos, seja como extensão de uma "brasileiridade codificada", seja como importação exógena inconsequente. Afastando-se desse reducionismo, este artigo propõe uma crítica às categorias analíticas estabilizadas, demonstrando como a noção de uma origem fixa é insuficiente para abarcar sua complexidade. É proposta uma análise centrada na dupla dimensão da arquitetura. Por um lado, a fachada atua como dispositivo estratégico de visibilidade e distinção perante a ordem colonial. Por outro, espaço doméstico configura-se como arena de adaptação e reinvenção espacial. O potencial disciplinar da arquitetura Agudá sustenta-se por meio de sua ambiguidade produtiva, nomeadamente pela incorporação ativa de referências externas para negociar agência local. Conclui-se que a arquitetura Agudá deve ser encarada como um ensaio ambivalente de autonomia e modernidade, evidenciado pela relativa independência de suas formas, tanto em relação à matriz quanto aos seus introdutores.

Palavras-Chave: **tipologia; arquitetura Agudá; arquitetura afro-brasileira; projeto de arquitetura, história da arquitetura.**

Abstract: Agudá architecture constitutes a material record of the experience of returnees from Brazil to the Gulf of Benin. Historiography has recurrently constrained its forms to a linear transfer of models, understood either as an extension of a codified "Brazilian-ness" or as an inconsequential exogenous import. Departing from this reductionism, this article advances a critique of stabilized analytical categories, demonstrating that the notion of a fixed origin is inadequate to account for the architecture's complexity. The analysis is structured around a dual architectural dimension. On the one hand, the façade operates as a strategic device of visibility and distinction within the colonial order. On the other, the domestic interior emerges as a site of spatial adaptation and reinvention. The disciplinary potential of Agudá architecture resides in its productive ambiguity, particularly in the active incorporation of external references as a means of negotiating local

Keywords: **typology; Aguda architecture; Afro-Brazilian architecture; architectural design; History of architecture.**

¹ Arquiteto, Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura na Universidade do Porto. Candidato a Doutoramento na mesma instituição com o projeto de tese "Uma Terceira Margem do Atlântico: As Mesquitas Agudás do Golfo do Benim (1835-1935). Vencedor do Prémio Fernando Távora da Ordem dos Arquitectos Portugueses em 2024 com o projeto "Do Benim ao Benim: Projetos Marginais, Arquiteturas Radicais". O presente trabalho conta com financiamento da Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT), Portugal, cuja bolsa é identificada pela inscrição 2024.03949.BD. up201700302@up.pt



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho



Figura 1: Rua ordinária em Lagos, Nigéria.

Fonte: E. H. Duckworth Photograph Collection (s.d.) DW_12901.

Copyright © 2026 the Melville J. Herskovits Library of African Studies, Northwestern University Libraries. Cortesia de Melville J. Herskovits Library of African Studies E. H. Duckworth Photograph Collection, Northwestern University Libraries



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Introdução

Na costa da África Ocidental, entre os atuais Gana e Nigéria, persistem vestígios da arquitetura Agudá. Produtos da pós-escravidão, essas obras resultam do esforço coletivo de um grupo heterogêneo, composto majoritariamente por libertos retornados de Salvador da Bahia a partir de meados do século XIX. Duplamente desenraizados — estrangeiros em ambas as margens do Atlântico e “*em qualquer cidade que não fosse a sua*” (DA CUNHA, 1985, p. 21) — os Agudás se agregaram em torno de uma identidade brasileira inventada. Suas formas projetam um território sobrescrito, negociado entre as potências coloniais, as populações autóctones e as outras comunidades repatriadas, nomeadamente de Cuba e Serra Leoa.

É por meio da construção que os Agudás se destacam na margem africana. De fato, foi nesse domínio que a historiografia os consagrou. O ofício, aprendido na condição de cativos nos estaleiros da Bahia, é complementado pela memória visual de Salvador. “Roma Negra”, a cidade se configura como um repositório mnemônico de tipologias, rearranjadas na nova realidade em que se instalam. Tornando-se “arquitetos” de referência, é o trabalho, assumido enquanto capital, que faculta sua afirmação como vetores de modernidade nas cidades costeiras do Golfo do Benim.

A arquitetura Agudá conquista autonomia em relação aos seus introdutores, expandindo-se para além dos Bairros Brasileiros de Lagos, Ouidah e Porto-Novo. Não por acaso, John Michael Vlach afirma que “[e]nquanto construtores, os Afro-Brasileiros exerceram uma influência sobre Lagos durante a Era Vitoriana muito maior do que seus números possam sugerir” (1984, p. 7, tradução nossa). Esse êxito, ratificado pela imagem urbana registrada em



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

fotografias da primeira metade do século XX (Figura 1), deve-se em grande parte à presença marcante da moradia unifamiliar, nos moldes daquilo que a crítica convencionou denominar “casa brasileira”. Sua disseminação tipológica e a penetração territorial e social atingiram tal escala que, em 1960, por ocasião da Independência da Nigéria, Ulli Beier associou-a assertivamente à classe média iorubá² (p. 11).

Em termos disciplinares, as razões para o sucesso da “casa brasileira” na Nigéria e no Benim continuam em disputa. Apoiam-se ora na superficialidade do gosto pelas formas, ora na congruência sintética de modelos tipológicos de ambas as margens do Atlântico: da África Ocidental, os *compounds*; do Brasil, os sobrados. Ademais, a ausência de uma sistematização cronológica resulta em análises frequentemente elaboradas em bases anacrônicas.

Entre a inscrição da “casa brasileira” como continuidade do habitat vernáculo e sua redução a mera importação de modelos, persiste uma lacuna disciplinar. Partindo da crítica ao pressuposto estabilizado de sua “brasilidade”, este artigo examina as principais leituras sobre sua difusão. Reconhecendo a ambiguidade transversal da identidade Agudá — explicitada por suas formas —, propõe-se uma via alternativa: compreender a casa como instrumento de mediação e de controle local dos processos de modernização, ainda que essa dimensão estratégica não seja inteiramente consciente.

² Etnia que ocupa a região sudoeste da atual Nigéria, da foz do rio Níger até suas nascentes e em direção às proximidades do presente Togo, a ponte. Como destaca Law (2024, p. 523-525), a etnogênese iorubá foi constituída sobretudo no século XIX, em processo intrínseco à modernidade forçada da colonização e à diáspora nas Américas. No contexto, seu uso deve ser compreendido como uma construção paralela à Agudá, marcada por tensões anacrônicas.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

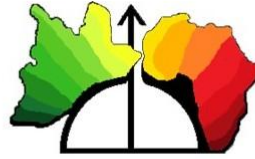
A Brasilidade Expandida

“*Acontece que são Baianos*”³, categorizou Gilberto Freyre no título do conjunto de reportagens publicadas pela revista *O Cruzeiro* (1951, p. 73). A série anunciou à grande audiência nacional a materialização de um Brasil na margem paralela, espelhado pelos sobrenomes, festejos, modos e, acima de tudo, pela arquitetura. “*Casas Brasileiras na África*” (1951, p. 103), última matéria do conjunto, explicita a percepção de transplante formal entre a Bahia e o Golfo do Benim. Esta continuidade é persuasivamente sustentada pela íntima relação estabelecida entre o texto e as fotografias de Pierre Verger.

Marco fundacional da historiografia sobre a arquitetura Agudá, a acepção freyriana sobre a implantação direta de modelos do Brasil à África Ocidental foi quase que consensualmente retomada pelos escritos posteriores. *Da Senzala ao Sobrado: Arquitetura Brasileira na República Popular do Benin e na Nigéria* (DA CUNHA; VERGER, 1980) — até o presente obra mais extensa realizada sobre esta produção — atesta em título e subtítulo o encadeamento unidirecional entre tipologias e territórios. Como um atlas, a sucessão de fotografias de arquitetura pelas cidades do Golfo do Benim articula a relação empática das formas a uma Tradição brasileira, persistentemente exteriorizada pela casa como resistência civilizatória (FREYRE, 1951, p. 103).

Hegemonica até o presente, a promoção da simbiose das margens deve ser situada como um produto de um tempo. Os escritos de Freyre são indissociáveis da construção ideológica da “brasilidade” de meados do século XX, cuja

³ O texto foi posteriormente reformulado e incluído pelo autor na 2ª edição de sua coletânea de artigos *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1959). Foi publicado, no entanto, sem as fotografias de Pierre Verger.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

organização estável é encampada pelo Estado. Transversal à arquitetura, esse projeto fundacional assentou-se na promoção de uma linearidade pacífica entre o passado e o presente – perspectiva disciplinarmente explicitada pela exposição *Brazil Builds: Architecture New and Old* (MOMA, 1943) e pela atuação prático-teórica de Lúcio Costa no SPHAN⁴.

Contaminada por este projeto de nação, a arquitetura Agudá foi instrumentalizada como confirmação identitária externa: a prova de uma Tradição coesa e reconhecível, gênio luso-tropical apreendido e transportado intacto à costa oposta do Atlântico. Porquanto, mesmo que exterior à uma efetiva empreitada colonial, a arquitetura Agudá poderia ser incluída como um opúsculo do *Mundo que o Português criou* (FREYRE, 1940). Sob uma matriz civilizatória comum — de Portugal ao Brasil e do Brasil ao Golfo do Benim — é estabelecida uma linha de formas e fazeres, continuamente encadeada por construtores. Destacada por Freyre, a micro-história da edificação da Catedral Católica de Lagos ilustra esta perpetuação da tradição pelos “ordinários anônimos autores de obras extraordinárias” da costa oposta:

“Não nos esqueçamos, porém, que na base desta revolução técnica nas relações da Imperial Grã Bretanha com a África se encontra uma torre de igreja levantada por um africano que aprendera a arte de construir com mestres de obras do Brasil. Mestres de obras que eram, então, portugueses⁵, ou continuadores de mestres de obras portugueses; e todos os tipos de homens sólidos de sua arte, dos quais o elogio já foi feito de modo insuspeito por ilustre bacharel em arquitetura: Mestre Lúcio Costa” (1951, p. 103).

⁴ Esse processo de construção, tanto conotativa quanto denotativa, é esmiuçado por Abílio Guerra em sua tese *Lúcio Costa – Modernidade e Tradição: Montagem Discursiva da Arquitetura Moderna Brasileira*, 2002.

⁵ Decidiu-se preservar as grafias originais dos documentos ao longo do texto.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Essa sequencialidade é rematada pela inclusão dos edifícios Agudás no inventário do *Patrimônio de Origem Portuguesa* (FERNANDES, 2025). Respaldo pela evidente fraternidade visual, o gesto é pertinente ao reconhecer suas formas dentro de um universo alargado de princípios de projeto. No entanto, essa mesma vinculação expõe seu limite: o descolamento histórico e político dessas construções de uma ação colonial comum. Esse rigor lógico — que ultrapassa as questões disciplinares da arquitetura — é fundamental para estabelecer as bases desta aproximação crítica.

A relativa emancipação das formas Agudás recusa a transmissão unidirecional de referências. Partindo da premissa de que Portugal teria atuado como centro emissor de modelos, os edifícios Agudás acabariam por configurar uma caricatura ultraperiférica. No entanto, a Arquitetura Agudá atua como um operador teórico que desestabiliza a noção estática de “origem”. Assim, a vinculação dessas formas a uma matriz partilhada deve contemplar a sua ambiguidade: reconhecíveis, mas autonomizadas e logicamente recompostas após as sucessivas fraturas da transmissão — territorial, cultural e temporal.

A Brasilidade Exógena

Se no Brasil a arquitetura Agudá figura como extensão linear da Tradição, na historiografia africana ela é frequentemente tratada como produção exógena, cujas lógicas permanecem externas ao Golfo do Benim. A sinonimização da arquitetura Agudá como expressão brasileira — produto causal e circular do refluxo dos retornados — é compartilhada pelas críticas beninense e nigeriana. No entanto, ao reduzir os edifícios a modelos transplantados, esta perspectiva aliena tanto o agenciamento local quanto suas condicionantes de inserção



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

territorial. Este duplo apagamento restringe a compreensão de sua modernidade mediada.

Nota-se que as fontes contemporâneas à sua construção — como material de imprensa ou memórias descritivas — são escassas ou inexistentes. Tendo em conta a escala da Mesquita Central de Lagos (1911), na Nigéria, e o início das obras da Grande Mesquita de Porto-Novo (1912), no Benin, as primeiras formulações que associam o conjunto heterogêneo de edifícios à “brasilidade” só emergiram quase meio século após seu auge urbano. Essas “bases”, estabelecidas sobretudo partir da década de 1950, persistem até o presente. Anacronicamente, o período de concentração das construções é no mínimo uma geração posterior ao início do declínio das relações entre Brasil e Golfo, situado pela historiografia na década de 1880 (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, pp. 160-161; HOPKINS, 2024, p. 190).

A *Nigeria Magazine* — publicação oficial do Departamento Federal de Informações da Nigéria colonial e, depois, independente — constitui uma fonte central na compreensão da formulação desse projeto historiográfico. Editada entre 1937 e 1989, a revista teve como mote a sistematização do patrimônio cultural, articulando editorialmente noções de país, progresso e tradição com o objetivo de fomentar a unidade nacional em meio à diversidade do Estado Nigeriano.

Em um dos primeiros artigos a tratar do tema “Old Houses of Lagos”, Murray Jack evoca melancolicamente essas construções como “*reliíquias de uma era mais graciosa*” (1955, p. 117). Reconhecendo a frouxidão da designação “*Brazilian*” (p. 107), empregado entre aspas ao longo do texto, o autor traça uma narrativa linear de transmissão:



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

“Escravos libertos que haviam servido seu aprendizado no ofício da construção na América Latina foram os principais agentes de difusão, realizando suas há muito acalentadas ambições de retornar à sua terra natal e construir lá. Eles construíram no estilo de seus antigos senhores, assim como aconteceu em tantas outras instâncias da história. A memória fotográfica atribuída ao africano materializou-se aqui, ecoando os motivos americanos em uma profusão de detalhes emprestados” (p. 107-108, tradução nossa).

O autor sintetiza uma dupla alienação: espacial, pela percepção da arquitetura como mera importação, e temporal, deflagrada pela defasagem entre sua produção e sua interpretação crítica, incapaz de situar essas construções como produtos de sua contemporaneidade. Esta última dimensão é ainda reforçada pela visão de que, ao replicarem elementos de mestres, os construtores permaneceriam vinculados a um tempo anterior, no qual a inovação nunca pudesse se consumir. Para Murray, portanto, a transformação das referências é inconsequente, como exemplifica em sua observação sobre as casas menores, nas quais *“se desenvolveu um estilo altamente individualizado, ainda que não totalmente original”* (p. 110, tradução nossa). A simultaneidade de discursos com a crítica brasileira é transmitida pelo trabalho de Verger, cujas fotos ilustram a matéria.

A persistência dessa visão é coadunada por dois artigos publicados com intervalo de quase vinte anos pela mesma revista. Em *“Architecture in Nigeria”* (1966, pp. 247–254), o arquiteto John Godwin inclui o *“Brazilian”⁶ style* nos *“Early Imported Developments”*, em oposição à *“New Architecture”* de preocupações industriais e de adequação climática. Susan Arandean (1984, pp. 1–17), por sua vez, pressupõe uma evolução estilística, destacando o agenciamento da mão de obra local. Sua análise, no entanto, permanece

⁶ Conforme formatação empregada pelo autor.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

superficial, centrada no domínio técnico e replicativo. Arandeon afirma que, na Mesquita de Shitta-Bey (1892-94) em Lagos, *ex-libris* desta arquitetura, “a influência da arquitetura de igrejas brasileiras é soberana”, com apenas “ajustes mínimos” como a inclusão do mibar e símbolos islâmicos (p. 13, tradução nossa). Ao ancorar-se continuamente na margem de partida, essa contiguidade, superficialmente denotada, subordina a arquitetura Agudá a um simulacro de Brasil. Ao reduzir tudo a uma cópia, a razão dessas formas passa a residir do lado oposto do Atlântico, e seu sentido no contexto africano permanece necessariamente incompleto.

A Brasilidade Ambígua

A acepção da “brasilidade” aplicada à arquitetura e aos grupos de retornados no Golfo do Benim carrega uma ambiguidade basilar. Terminologicamente, tende a ser tomada como categoria coesa de contornos nacionais bem definidos. Contudo, sua aproximação síncrona à realidade oitocentista da África Ocidental revela-se problemática. Como observa Conduru (2021, pp. 1–3), denominações como “arquitetura brasileira”, “afro-brasileira”, “afro-luso-brasileira” ou “brasileira-iorubá” partem de pressupostos nacionalistas e territoriais que pouco condizem com os circuitos atlânticos de então. Law (2024, pp. 504 e 510) aponta o sentido lato do termo “brasileiro”: abarcava não apenas os retornados baianos, mas também seus descendentes, agregados locais e até libertos oriundos de Cuba — incluindo, portanto, indivíduos que jamais haviam pisado na América do Sul.

Ao passo que Law amplia o conteúdo social do termo, Conduru avança além, desvelando a instabilidade inerente à taxonomia. Ao chamar atenção para o uso das aspas em “brasileira”, o autor expõe o descompasso entre a noção de nacionalidade e a realidade de uma arquitetura que não existia no Brasil nem

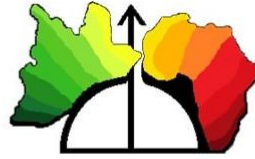


SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

constituía um projeto colonial de Estado (2021, p. 4). Na aparente banalidade diacrítica, as aspas cumprem uma dupla função: evidenciam a inadequação de categorias geopolíticas rígidas para compreender o fenômeno e revelam a dificuldade da historiografia em superar essas mesmas categorias (2021, p. 17).

A consciente tensão da identidade Agudá, transmitido à arquitetura que introduzem, constitui seu principal interesse disciplinar. Sua inerente ambiguidade é justamente o mecanismo que possibilita a reconstrução flexível das referências pela Tradição. É nesse sentido, e em diálogo com a argumentação de Conduru, que esta pesquisa adota a denominação “arquitetura Agudá” como terminologia.

O termo Agudá — persistente nos atuais territórios do Benim e da Nigéria para designar grupos de retornados — é objeto de debate etimológico. Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 225) sugere a origem em Ajudá (ou Ouidah, Whydah), feitoria portuguesa da costa do Daomé que vigiava um dos principais pontos de embarque de cativos. Law, contudo, considera essa hipótese “*improvável tanto em termos linguísticos quanto históricos*” (2024, p. 505), argumentando que a origem do termo permanece desconhecida. Segundo o autor, no Brasil do século XVIII, a designação distinguia os escravizados originários do Daomé. Já na África Ocidental do século XIX, o termo adquiriu um sentido mais amplo, relacionado à nacionalidade ou à língua, em vez de indicar uma origem geográfica específica. Nessa cadeia de transformação semântica, pode ser identificada a persistência de um nacionalismo desterritorializado, uma vez que, a partir da África, o Agudás instrumentalizam a cultura brasileira como “*sinais de distinção social e de progresso civilizacional*” (CONDURU, 2021, p. 6, tradução nossa).



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Ultrapassando o grupo específico que a introduziu, essa arquitetura consolidou-se como resposta cosmopolita, negociada entre a expansão imperialista europeia e a pluralidade de comunidades do Golfo do Benim. A adoção do termo “arquitetura Agudá” justifica-se precisamente por sua capacidade de nomear uma origem fragmentária e reconhecível, sem reduzir o fenômeno a limites identitários restritos.

A designação opera sob dois registros. Primeiro, presta tributo aos seus introdutores indubitáveis. Segundo, e mais crucialmente, designa uma condição transnacional: a de uma produção sincronicamente situada sincronicamente em solo africano e aberta ao trânsito atlântico de formas. Assim, a arquitetura Agudá é maior que os Agudás precisamente porque seu valor — e o alcance de seu nome — reside em ter convertido uma estratégia identitária particular numa expressão transmissível de modernidade e independência.

É preciso admitir que a conexão direta entre essa arquitetura e a brasilidade ensejada pelos Agudás pode ser convenientemente lógica para congregar as obras de uma primeira geração de construtores retornados. O entendimento geracional, nesse sentido, é passível de ser dilatado aos seus descendentes ou mesmo aprendizes encaminhados ao treinamento em canteiros da Bahia. No entanto, a premissa esbarra em dois problemas, reunidos sobre o caso da Mesquita de Shitta-Bey, anteriormente mencionada.

O primeiro impasse manifesta-se na disputa de autoria. Laotan, seminal autor sobre a comunidade brasileira em Lagos, aponta em artigo da *Nigeria Magazine* que o responsável pela obra fora João Baptista da Costa (1961, p. 163). Recentemente, a descoberta de um relato jornalístico publicado pelo *Lagos Weekly Report*, contemporâneo à inauguração do templo, abre a possibilidade



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

de que a autoria possa ser atribuída à dupla Martim e Porphyrio (apud TERIBA, 2017, pp. 55-56). Qualquer que seja o responsável pelo projeto, apenas os nomes em português não certificam a origem brasileira.

Nagel Shaw (1980, p. 15) cita o caso de Balthazar dos Reis, exímio carpinteiro-construtor, cujos nome e historiografia indiciam uma condição de “retornado”. Entretanto, membros da família dos Reis indicam que ele não era integrante da família, tendo adotado o sobrenome por viver no mesmo *compound*. Um segundo ponto é evidenciado pela localização do edifício na estrutura da cidade: implantada fora dos limites do *Brazilian Quarter*. Não obstante, seu encomendador é um *Sarò*⁷. Daí a importância da sutileza da denominação: não “arquitetura dos Agudás”, mas “arquitetura Agudá”.

Para além da superficialidade do gosto, evidencia-se um paradoxo ao se tentar estabelecer uma conexão direta entre a ampla presença das formas Agudás nas cidades do Golfo do Benim, as comunidades de retornados e a sua capacidade econômico-construtiva. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da influência brasileira na disseminação dessas formas não pode prescindir do agenciamento lógico local. Reduzir esses edifícios à simples cópia do Brasil seria transformá-los em uma “cópia da cópia” nas mãos dos atores locais.

A autonomia das formas em relação às fronteiras demográficas e urbanas do grupo deve ser compreendida, em primeiro lugar, pelo caráter da arquitetura enquanto ofício de serviço de uma burguesia diaspórica que “*transformou habilmente o opróbrio em marca de prestígio*” (COSTA E SILVA, 2012, p. 12). Por sua própria essência conciliatória e sintética, é impossível — e mesmo

⁷ Designação empregada para referir aos retornados de Serra Leoa.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

oblíquo às suas dinâmicas — tentar fixar uma efeméride fundadora para o fenômeno.



Figura 2: Formas Agudás.

Fonte: E. H. Duckworth Photograph Collection (s.d.) DW_09778.
Copyright © 2025 the Melville J. Herskovits Library of African Studies, Northwestern University Libraries. Cortesia de Melville J. Herskovits Library of African Studies E. H. Duckworth Photograph Collection, Northwestern University Libraries



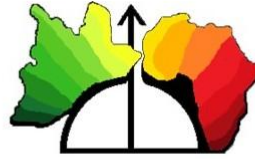
SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

A Dimensão da Fachada

Grande parte da produção acadêmica sobre a arquitetura Agudá concentra-se sobre a imagem exterior dos edifícios, privilegiando os alçados sob uma dimensão planimétrica. Nessa perspectiva, a ornamentação é encarada como signo superficialmente apostado e replicável de brasilidade. Dessa forma e em consonância com grande parte da historiografia, a arquitetura Agudá poderia ser enquadrada como invólucro taxonômico de um “Estilo Brasileiro”, à luz das categorizações promovidas pela disciplina no século XIX. Seu valor residiria, assim, menos nos procedimentos específicos de projeto que mobiliza e mais na curiosidade de constituir um desvio barroco folclórico em relação ao cânone da narrativa historiográfica dominante.

Nesse campo, destaca-se o doutoramento de Brigitte Kowalski, conduzido na École du Louvre (2001). Apesar de abordar a arquitetura Agudá à escala do Golfo do Benim, a autora estrutura sua análise a partir de uma perspectiva classificatória própria da História da Arte. Centra-se no repertório ornamental e sua variação ao longo do tempo e da geografia. De modo semelhante, a arquiteta Marjorie Alonge leva essa sistematização ao limite, concentrando-se sobre a cidade de Lagos. Sua investigação elabora uma matriz tabelada de elementos exteriores e origem do construtor, procurando aferir os índices da brasilidade projetada pelos alçados (1994, pp. 173-175). Embora fundamentais para o reconhecimento e a repertorização dessa arquitetura, tais contribuições circunscrevem-se ao âmbito da leitura visual das construções.

Essas abordagens, no entanto, negligenciam dimensões fundamentais. O lirismo da liberdade evocado pelo retorno à África não deve secundarizar o fato de que a arquitetura Agudá é indissociável das dinâmicas coloniais que marcaram o



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Atlântico no século XIX. Sua emergência é vinculada ao avanço das potências europeias sobre o território da África Ocidental, para além das feitorias do capitalismo comercial — processo que culmina na partilha do continente pela Conferência de Berlim (1884–85). Nesse contexto, a arquitetura Agudá assenta-se sobre uma inflexão nos padrões espaciais locais, resultante da negociação com os modelos de urbanização e ordenamento impostos por britânicos e franceses.

Essa mediação simbólica é representada pela introdução do paradigma ocidental da fachada. Não por acaso, os estudos sobre essa arquitetura frequentemente recaem sobre esse plano público, um projeto em si. Assim, as formas Agudás entram em circulação como elementos ambíguos: enquanto demarcação de autonomia só ultrapassam a barreira da “brasilidade” por serem instrumentalizadas e tornadas legíveis dentro da lógica colonial que reorganiza o território sob novos regimes de visibilidade e poder.

A fachada opera como dispositivo simbólico na redefinição das cidades. Esse entendimento mobiliza necessariamente uma abordagem tridimensional, em que massa e urbanidade figurem como chaves analíticas indissociáveis. A transformação de Lagos em “Manchester Africana” — marcada pelo bombardeio britânico de 1851 e a anexação formal em 1861 — ilustra esse processo. Antes do domínio colonial, a figura central da organização espacial lagosiana era assumida pelos *compounds*.

O *compound* pode ser definido como a unidade habitacional básica da cidade iorubá e de seu tecido: “*casario contíguo ocupado pela família poligâmica extensa e composto de subunidades domésticas habitadas por membros masculinos da linhagem, pelas suas diferentes esposas e suas progenitoras*” (DA



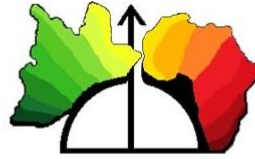
SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

CUNHA, 1985, p. 45), onde “o número de pátios variava de acordo com o número de funções rituais específicas do conjunto ou o número de residentes” (VLACH, 1984, p. 4, tradução nossa). A lógica da ocupação urbana não seguia o modelo do quarteirão, sendo regida pela agregação de *compounds*. Os caminhos, por sua vez, convergiam para a casa do chefe local ou para o mercado, núcleos estruturadores. Como aponta Mitchell, “o *compound*, e não a rua, é o símbolo da articulação” (1961, p. 286, tradução nossa). Encerrados, são tipologias focalizados à volta do pátio interior. Sua comunicação à cidade é mediada por uma ou duas portas, possuindo estreitas e ínfimas aberturas através das espessas paredes de barro para o espaço exterior (ADELUSI-ADELUYI, 2024, p. 57).

Nessa acelerada transformação urbana, o antropólogo Marianno Carneiro da Cunha observa que “a arquitetura brasileira em pouco tempo conquistou Lagos” (1985, p. 77). Ao situar o aparecimento desses edifícios na charneira da transição da cidade — de um assentamento iorubá relativamente isolado para um dinâmico porto comercial atlântico — Joanne Nagel Shaw propõe a designação “*Lagos Cosmopolitan Style*” para agrupá-los (1980, p. 3). Reconhecendo o caráter transnacional e plural dessas interações — em diálogo com formas locais de agência — a autora argumenta que:

“[A]o invés de ser uma invenção sul-americana introduzida em um vácuo cultural africano, a influência brasileira na arquitetura foi simplesmente um dos muitos fatores, internos e externos, que moldaram Lagos” (idem, tradução nossa).

Reforçando a gestação local de uma prática autônoma, a autora destaca a importância dos mestres-de-obras formados localmente, que atuam inicialmente dentro de tradições construtivas próprias. A autora ressalta também a



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

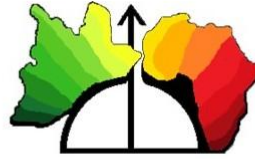
contribuição dos africanos para a construção brasileira, baseada em conhecimentos adquiridos antes da captura e embarque nos tumbeiros.

"O trabalho no Brasil, sem dúvida, ampliou seu vocabulário artístico, assim como as 'viagens' fazem, mas não foi responsável por sua habilidade. (...) Este aparte não busca desmerecer a real influência luso-brasileira na arquitetura de Lagos, mas sim reforçar que, mesmo ao assimilar conceitos estrangeiros, os lagosianos imprimiram em suas construções uma habilidade, um estilo e uma estética essencialmente africanos — não americanos ou europeus" (p. 12, tradução nossa).

Em perspectiva convergente, o folclorista Michel Vlach compreende essa transformação pela defesa de que tanto a fachada brasileira, quanto a casa como um todo, são instrumentalizadas pelas populações autóctones de forma a *"reclamar o novo enquanto familiar"* (1984, p. 3, tradução nossa). No argumento do autor, a arquitetura difundida pelos Agudás ofereceu às comunidades locais um meio de apropriar a mudança sem plena submissão, facultando-lhes algum grau de controle sobre o processo de modernização ao qual estavam compelidos a integrar:

"Os iorubás mudaram suas casas, mas fizeram isso de uma maneira que tornou um design importado profundamente seu. Ao buscar a mudança por iniciativa própria, os habitantes conseguiram, em certa medida, controlar o processo e produzir casas que compreendiam e aceitavam, ao invés de simplesmente mais estarem sujeitos a um fardo colonial" (p. 3, tradução nossa).

Essa escolha é tanto simbólica quanto pragmática, refletindo, para além da reputação dos construtores retornados, o reconhecimento das sensibilidades estéticas locais, indo ao encontro da defesa de Nagel Shaw. *"Sua decoração aproximava-se da exuberância da arte iorubá tradicional e, em alguns casos, até mesmo funcionava como arte iorubá"* (VLACH, 1984, p.16, tradução nossa). Ainda de acordo com Vlach, é preciso igualmente considerar a dimensão afetiva em relação aos retornados, os *"primos distantes"*, em contraste à petulância



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

associada aos repatriados de Serra Leoa pelos “locais” (1984, p 12). Não obstante e ambigualmente, os Agudás, enquanto “*negros-brancos*” (TERIBA, 2020, p. 279, tradução nossa), atuam, em um primeiro momento, como os intermediários de modernidade e civilidade possíveis aos quais as comunidades locais podem se referir.

A construção da fachada pela arquitetura Agudá é expressa sobretudo por uma perseguição à massa, em contraste à “*hiperfenestração*” (DA CUNHA, p. 109) e às esbeltas paredes de alvenaria de tijolo dos edifícios. Os vãos são dilatados pelas molduras, destacadas pela espessura da argamassa do plano do alçado. Todas as linhas da composição são oportunamente reforçadas enquanto linhas de sombra (Figura 2). A gravidade do alçado adquire sentido temporal de assentamento, vinculando o peso da construção a um enraizamento mais longo no território.

A Planta entre Memória e Mudança

Vlach encara a difusão da casa brasileira⁸ como um processo de transformação profunda do habitat. Para o folclorista, a mudança foi conduzida de forma suficientemente controlada pelas populações locais, propiciando uma tipologia enraizada no território. O autor identifica como principal inflexão programática a substituição do pátio central por um corredor fechado. Esse novo dispositivo, eventualmente deslocado do eixo central para privilegiar a ampliação de compartimentos de uma das laterais, reorganiza a circulação interna, marcando uma ruptura com a lógica espacial central à arquitetura iorubá. “Os

⁸ No texto original, o autor não utiliza aspas em qualquer momento em que emprega a referida designação.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

compartimentos são antigos, mas a circulação é nova” (1984, p. 18, tradução nossa), sintetiza o autor, enfatizando que a inovação não está na célula doméstica, mas na sua articulação.

Contudo, o próprio título de seu artigo revela uma tensão latente, não dissipada pela argumentação. Ao recorrer ao gentílico *Brazilian* como limiar classificatório, o autor contradiz a sua própria noção de vernaculidade sublinhada pelo subtítulo da publicação. Essa antítese entre local e exógeno é recorrente no texto. *“Comentaristas anteriores sugeriram que a decoração elaborada que adorna as fachadas desses edifícios é a característica mais distintivamente brasileira, mas os projetos também eram brasileiros.”* (p. 8, tradução nossa). A questão que se coloca é: se trata-se de um habitat local forjado por mediações e adaptações no contexto africano, em que medida ainda se justifica circunscrevê-lo nominalmente a uma origem exclusivamente estrangeira?

Contemporânea à crítica de Vlach, a análise de Manuel Carneiro da Cunha concentra-se sobre a defesa de um desdobramento gradual e coerente do *compound* aos tipos aportados pelos Agudás. Embora revele uma tentativa de integração entre matrizes projetuais distintas, tal encadeamento tende a suavizar as rupturas envolvidas na circulação atlântica da arquitetura, negligenciando as disputas à volta desses deslocamentos. Contudo, o autor não leva em consideração uma análise que permita aferir a evolução temporal, transmitindo a impressão de uma congruência automática (Figura 3).

O antropólogo brasileiro defende que o corredor não representa uma ruptura com o pátio, mas o reinterpreta: mesmo encerrado, ele mantém a centralidade simbólica do espaço comum, reorganizado a partir das novas condições urbanas.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

“O convívio social continuou a se dar no corredor, como anteriormente se dava na varanda, no saguão, ou mesmo no pátio. Esta parte central da casa permaneceu investida de todos os traços culturais que a caracterizavam outrora. Em outros termos, ela permaneceu o foco para o qual convergia toda a vida do *compound*, podendo mesmo servir, se necessário, de cozinha. Tive a oportunidade de observar, em Ilobu, na área do Oshogbo, a leste do país ioruba, toda uma festa de Ifá se desenrolando precisamente nesta parte da casa do sacerdote de Ifá local: isto se torna tanto mais significativo se nos ativermos ao fato de que esta área não tinha mais de 2 metros de largura” (1985, p. 109).

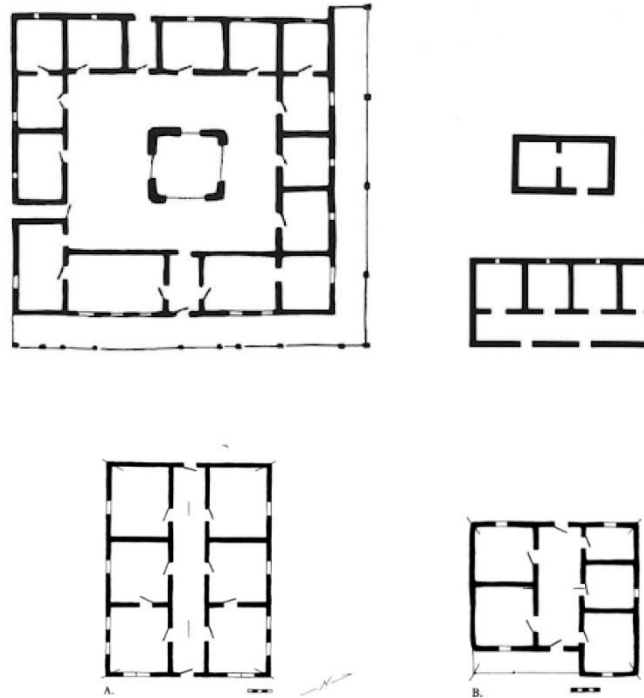


Figura 3: Acima *compounds*: casas-pátio [esq.]; unidade básica cozinha + quarto [dir. sup.];
casa de três pernas [dir. inf.].

Abaixo plantas de *bungalows iorubás contemporâneos*
Fonte: da Cunha (1985, p.89) e Vlach, (1984, p.10).

Manuel Carneiro da Cunha conclui que a “*arquitetura de estilo brasileiro foi, portanto, um estágio genuíno no processo arquitetônico iorubá*” (1985, p. 111). Ao reforçar a ideia de uma transição pacífica a manutenção do recurso ao

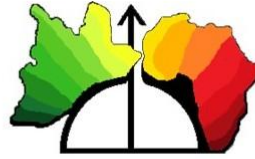


SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

gentílico “brasileiro” por toda a obra, ficam evidenciada os limites de sua acepção: ela projeta uma noção de brasilidade que tutela os processos locais, os quais, ainda que não inteiramente secundarizados, acabam subsumidos a uma lógica de origem e filiação cultural unívoca. Esse aspecto manifesta-se na apelação “*arquitetura colonial brasileira lagosiana*” (1985, p. 103).

Em ambos os autores, as permanências do *compound* são sustentadas por uma essencialidade gráfica, apoiados em plantas ou esquemas sumários. Em termos arquitetônicos, estes argumentos são lacunares. A presença de compartimentos centrais — mesmo que reduzidos a corredores — como coração da habitação, desconsidera a profunda alteração de escala e proporção da peça. O impacto da reorganização do *compound* representa, por si só, uma mudança significativa no funcionamento da habitação. Essa contradição é expressa pelos autores na contraposição das descrições de viajantes do século XIX do habitat tradicional iorubá — fortalezas sem fenestração, térreas e demobiladas — ao conforto das casas Agudás.

A ânsia em estabelecer princípios categóricos sobre a tipologia manifesta-se na digressão vocabular hesitantemente: “*coincidência*”, “*transformação*”, “*justaposição*” — sempre empregues como sinônimos estanques e nunca como alteridade dinâmica. Ao vacilar entre o reconhecimento da revolução introduzida pelas casas brasileiras e a tentativa de inscrevê-las em uma linha de desenvolvimento natural das formas locais, os textos nunca tiram partido da simultaneidade dos processos. Resistente às categorizações em sua própria razão de ser, a dificuldade reside em sua posição no entre-lugar das possibilidades coloniais: “a terceira margem”.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

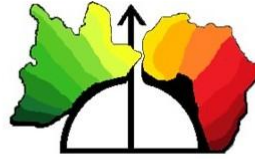
Nagel Shaw, por sua vez, individualiza claramente planta e fachada. “*As casas no estilo cosmopolita são, em planta, partes de compounds como diagramas espaciais dos padrões tradicionais e comunitários da vida familiar africana*” (1980, p. 4, tradução nossa). Com isso, a planta é posicionada como lugar de continuidade cultural, mesmo quando envolta por uma casca formalmente autônoma, a qual a modernidade é superficialmente aposta em representação.

Conclusão

Embora discordantes no grau de autonomia que conferem à esta expressão arquitetônica, nenhum dos autores reduz a casa Agudá a mero transplante exógeno. Essa ambivalência é evidenciada pelas contradições presentes em todos os escritos percorridos. Escapando às recorrentes armadilhas de categorização da arquitetura Agudá como produto puro ou híbrido, seu estudo deve concentrar-se em suas ambiguidades constitutivas — a permanência, o deslocamento, o reconhecimento e a reinvenção. É precisamente no exame dessa síntese — negociada por construtores entre referências desconexas e pressões contraditórias — que reside a principal contribuição do estudo desses edifícios para o alargamento da narrativa global da disciplina. A valorização desse processo de projeto, ainda pouco conduzido pelo desenho, revela-se mais fecunda que a mera catalogação de formas como apêndice decolonial.

“Em vez de adicionar cada vez mais edifícios ou lugares, uma abordagem historicamente rigorosa poderia enfatizar os eventos no sentido de ocasiões imprevisíveis em que os hábitos da construção humana foram significativamente interrompidos, destruindo ou reconstruindo padrões estabelecidos, sejam eles estéticos, sociais, práticos ou tectônicos” (UPTON, 2023, p. 530, tradução nossa).

Este reconhecimento exige a superação das categorias analíticas que circunscrevem a Arquitetura Agudá à tutela do gentílico ou à nostalgia de formas



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

fixas. A casa Agudá expressa simultaneamente uma ambiguidade produtiva, propondo uma ação arquitetônica que interroga os próprios limites convencionados pela historiográfica sobre circulação, pertencimento e invenção de formas. Mais do que um projeto fixado a imagens do passado — de qualquer margem—, a arquitetura Agudá é um ensaio formal de agenciamento do presente — indubitavelmente moderna, portanto.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Referências:

ADELUSI-ADELUYI, Ademide. *Imagine Lagos: mapping history, places and politics in a nineteenth-century African city.* Athens: Ohio University Press, 2024.

ALONGE, Marjorie Moji Dolapo. *Afro-Brazilian architecture in Lagos State: a case for conservation.* Tese (Doutorado em Arquitetura) – Newcastle University, Newcastle, 1994.

BEIER, Ulli. *Art in Nigeria 1960.* Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Marianno; VERGER, Pierre. *Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim = From slave quarters to town houses: Brazilian architecture in Nigeria and the People's Republic of Benin.* São Paulo: Nobel; Edusp, 1985.

CONDURU, Roberto. *Une tectonique post-portugaise et/ou mondiale avant la lettre? Perspective,* n. 1, p. 205-215, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/perspective/23869>. Acesso em: 3 de setembro de 2025.

COSTA E SILVA, Alberto. *Prefácio à segunda edição: estrangeiros no Brasil, estrangeiros na África.* In: **CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.** *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREYRE, Gilberto; VERGER, Pierre. *Acontece que são baianos. O Cruzeiro,* Rio de Janeiro, n. 11-VIII, 1951.

HOPKINS, A. G. *Capitalism in the colonies: African merchants in Lagos, 1851–1931.* Princeton: Princeton University Press, 2024.

KOWALSKI, Brigitte. *L'héritage architectural afro-brésilien sur la Côte des Esclaves.* Tese (Doutorado em História da Arte) – École du Louvre, Paris, 2004.

LAOTAN, A. B. *Brazilian influence in Lagos. Nigeria Magazine,* Lagos, n. 69, p. 156-165, ago. 1961.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

LAW, Robin. *Escravizados libertos iorubás que voltaram à África Ocidental.* In: **FALOLA, Toyin; CHILDF, Matt D.** (org.). *A diáspora iorubá no mundo atlântico.* Petrópolis: Vozes, 2024.

MITCHEL, N. C. *Yoruba towns.* In: **BARBOUR, K. M.; PROTHERO, R. M.** (ed.). *Essays on African population.* Londres: Routledge & Kegan Paul, 1961. p. 279-301.

MURRAY, Jack W. *Old houses of Lagos. Nigeria,* Lagos, n. 46, p. 96-117, 1955.

SHAW, Joanne Nagel. *Historic buildings of Lagos.* Manuscrito inédito – Department of Art History, Northwestern University, Evanston, 1980.

TERIBA, Adedoyin. *Afro-Brazilian architecture in Southwest Colonial Nigeria (1890s–1940s).* Tese (Doutorado em Arquitetura) – Princeton University, Princeton, 2017.

TERIBA, Adedoyin. *Style, race, and a mosque of the “Òyìnbó Dúdú” (White-Black) in Lagos Colony, 1894.* In: **CHENG, Irene; DAVIS II, Charles L.; WILSON, Mabel O.** (ed.). *Race and modern architecture.* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020. p. 277-287.

UPTON, Dell. *World architectural history in the twenty-first century.* In: **BROUWER, Petra; BRESSANI, Martin; ARMSTRONG, Drew** (ed.). *Narrating the globe: the emergence of world histories of architecture.* Cambridge; Londres: MIT Press, 2023. p. 521-531.

VLACH, John Michael. *The Brazilian house in Nigeria: the emergence of a 20th-century vernacular house type.* *The Journal of American Folklore, Urbana,* v. 97, n. 383, p. 3-23, jan./mar. 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/540393>. Acesso em: 23 set. 2025.